

PRIVATIZAÇÃO DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL

Os Sindicatos filiados na **UGT**, nomeadamente o **SINDETTELCO**, manifestam-se totalmente contra a concessão ou privatização do serviço público de rádio e televisão portugueses.

Este modelo e os próprios moldes do seu anúncio revelam da parte do Governo uma inquietante falta de coerência, improvisando medidas que muitas vezes tropeçam na própria realidade das empresas.

Face a tal intenção, que relembramos não consta das exigências da Troika ou da União Europeia, manifestamos total discordância por três razões fundamentais:

- 1. A não existência de um canal público de rádio e televisão contraria o que acontece nos outros países europeus, onde são assegurados canais públicos.**
- 2. É uma clara violação do programa do Governo, no qual é apenas referida a privatização de um dos canais públicos, e nunca a concessão de um dos canais e o encerramento de outro.**
- 3. O serviço público de televisão deve ser assegurado por uma gestão pública, nos termos constitucionais.**

Consideramos aberrante a opção pela concessão a um operador comercial, estrangeiro ou nacional, ao qual é garantida uma renda/lucro através do recebimento da taxa de audiovisual, paga por todos os portugueses. Tal ofende os princípios de uma concorrência leal entre os diferentes operadores de televisão e põe em causa o serviço público.

Repudiamos as declarações do porta-voz do Governo que “os privados gerem melhor que os públicos”, afirmações que não são só inaceitáveis no geral, como no caso concreto da RTP (Rádio e Televisão de Portugal) que apresenta resultados operacionais positivos.

Defendemos a não privatização de qualquer canal de televisão, devendo antes optar-se por uma reestruturação do serviço de Rádio e Televisão que assegure a melhoria continuada da qualidade do audiovisual e a plena utilização dos recursos humanos, cuja qualidade importa realçar e aos quais tem vindo a ser exigidos grandes sacrifícios.